

O Poder Local no Ambiente Global: Competição e Competitividade

Cláudio Antônio Tordinio
Diretor de Consultoria
Approval Avaliações e Consultoria
Rua Ministro Godói, 478 – 93
São Paulo – SP
ctordinio@approval.com.br

Resumo

A contínua busca de níveis de produtividade mais elevados tende a interferir na distribuição e ocupação de espaços geográficos e nas possibilidades e alternativas de articulação de ações coletivas, ao gerar constrangimentos e determinações que condicionam o poder local nas iniciativas de impulsionar o desenvolvimento e propiciar a gestão social de territórios. Este texto procura articular como, sob a dinâmica do modo de produção capitalista, a noção de produtividade se liga ao desenvolvimento econômico-social e interfere nas opções disponíveis às ações coletivas, uma vez que no ambiente da planetarização o *ethos* é de competição, cuja panóplia é a competitividade. Para tal, após a introdução, seguem-se quatro seções, que abordam: a dinâmica da produção sob o capitalismo; a noção de produtividade e o desenvolvimento econômico-social; o território, as ações coletivas e a formação de identidades na planetarização; Economia global, território e gestão do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Competição; Competitividade; Poder Local

Abstract

The continuous search after higher productivity levels tends to interfere in the distribution and occupation of geographical spaces and possibilities and ways of collective and organized actions - with impacts over territorial, groups and personal identities formation - when causes constrains and decisions that limits local sovereignty towards territorial and social management initiatives. This text aims to discuss, under the point of view of capitalist production way, how the idea of productivity is connected to the economic-social development and interferes on the available alternatives for collective actions, once within the global environment the *ethos* is competition, which weapon is competitiveness. So that, after the introduction, in a four segments, the following aspects are explained: the production flow under capitalism; the notion of productivity and the economic and social development; the territory, social actions and the identity build up in the globalization; Global economy, territory and local development administration.

Key-words: Competition; Competitivity; Local Power

Particularismos de percepção e de linguagem conduzem, muitas vezes, a considerar apenas uma parte da realidade espacial em vez de levar em conta a realidade toda.

Milton SANTOS

1. Introdução

Data de recebimento: 8 de junho de 2007. Data de aceitação: 21 de Junho de 2007.

Nômade no princípio, sedentário por evolução, migrante por carência, imigrante por desilusão, os deslocamentos do homem pelo mundo entrelaçam enredos de indivíduos, comunidades e nações com espaços geográficos, modos de produção e sistemas políticos de dominação: como fulcro, a existência digna; como móvel, a luta contra a injustiça; como fundo, a geração de idéias e ideais; como rastro, a História.

A História mostra que o espetacular aumento da riqueza não se tem refletido na disseminação da melhoria de qualidade de vida dos povos. Ao contrário, o mundo está inquieto porque cresce a exclusão social à medida que a produção e a produtividade aumentam, que os mercados se globalizam, que a produção se internacionaliza e que os capitais se concentram. Parece que à humanidade não basta, como afirmou Fourastié (1990), produzir melhor para poder viver melhor. Esta idéia não considera que a apropriação privada do resultado da produção pode ser intensa a ponto de levar à concentração da renda em favor das classes e sociedades mais ricas. Tampouco tem em conta que o processo acarreta aumento da diferença de nível de vida das populações de sociedades centrais em relação às periféricas, ou que os governos sintam progressiva incapacidade de interferir nos rumos da Economia. De fato, ao aumento da produtividade global não tem correspondido aumento proporcional do nível de vida das gentes, a despeito de a busca pelo seu incremento interferir na distribuição e ocupação dos espaços geográficos, nas possibilidades e alternativas de articulação das ações coletivas e na formação e manutenção das identidades nacionais, grupais e pessoais.

Essas constatações podem originar sem número de questões. É cabível atribuir à busca contínua de aumento de produtividade tal centralidade? É plausível que mero indicador, construído com o objetivo de avaliar a eficiência da alocação de recursos frente a um volume de produção, assuma a posição de protagonista em tal discussão? É adequado instituir a noção de produtividade em instrumento analítico-explicativo de perplexidades que assolam os atores sociais? É aceitável que o conceito de produtividade oriente a ação dos atores sociais? É pertinente relacionar a idéia de produtividade à identidade de nações, grupos e pessoas? É factível propor a noção de território como alternativa ao desenvolvimento local, em pleno domínio da globalização? Movimentos sociais e ações coletivas localizadas podem dar conta de incluir parcelas significativas das populações dos países, recuperando-lhes as identidades? Como superar os interesses estabelecidos das classes e frações de classe se em seus seios estão imbuídas de objetivos contraditórios e entre elas de objetivos divergentes?

As questões, de fato, procuram não apenas colocar as discussões sobre a produtividade no âmbito mais amplo da competição e da competitividade, mas, também, buscar relações dela com as facetas da formação de identidades, da articulação das ações coletivas e da delimitação de territórios, para, por fim, cogitar sobre as dificuldades que se apresentam à gestão local. No intuito de evidenciar alguns constrangimentos e determinações impostos pelo modo de produção dominante, o texto dedica o espaço inicial à discussão da dinâmica da produção sob o capitalismo, para, então, relacionar a noção de produtividade com o desenvolvimento econômico-social. Em seguida, aborda o território, as ações coletivas e a formação de identidades no ambiente da planetarização. À guisa de considerações finais, são salientadas algumas inter-ligações entre economia global, território e gestão do desenvolvimento local.

2. A Dinâmica da Produção Sob o Capitalismo

Para recurso primeiro a delimitar o espaço conceptual, vale recorrer a certas categorias essenciais, propostas por Marx em seus trabalhos, quais sejam: forças produtivas, relações de produção, modos de produção, força de trabalho e formação econômico-social. Com elas, por um lado, instrui-se o raciocínio de base; por outro, delimita-se o campo de validade do

exposto. Além disso, engendra-se percurso discursivo que pode ultrapassar o voluntarismo e a linearidade de relações de causa e efeito, levando a entender a formação econômico-social como em permanente processo, sujeita a vários condicionantes e a originar múltiplos condicionamentos, ambos os quais, se bem que se auto-alimentem, não se esgotam pela anulação compensatória ou fagocitária de suas influências: produzem o novo.

Em Marx, *forças produtivas* caracteriza todas as forças naturais mobilizáveis e apropriadas pelo homem, até mesmo as próprias, para (re)produção de sua vida social, incluindo o aparato técnico que desenvolve para operacionalizar essa produção: objetos, instrumentos, ferramentas, equipamentos. Assim, a combinação do homem com o engenho humano faz com que as forças produtivas tendam ao contínuo crescimento, tanto maior quanto mais evoluído, complexo e sofisticado seja o aparato técnico aplicado à produção, ou seja, a base material e técnica em que se assenta a sociedade. *Relações de produção*, por sua vez, designa as relações econômicas que os homens estabelecem entre si, com vistas à (re)produção da vida social, relações essas que independem de sua consciência ou vontade, já que se impõem como necessárias à vida e à manutenção da sociedade.

A mobilização das forças produtivas em relações de produção é denominada *modo de produção*¹, por ensejar particular estrutura econômica a uma específica sociedade. No entanto, apesar de os elementos essenciais da estrutura econômica serem a produção, a distribuição, a circulação e o consumo, encarados como entidades invariantes, as diferentes combinações das forças produtivas em relações de produção podem fazer conviver vários arranjos de produção, dentro do modo de produção prevalecente. É aí que se insere *força de trabalho*: a quantidade de pessoas em condições de ser incorporada ao processo produtivo, considerado o modo em que se dá produção, isto é, a divisão do trabalho social. Esta divisão do trabalho se processa em níveis horizontais, de especialização, e verticais, de coordenação, a estabelecer requisitos diferenciados em termos de exigências de qualificação de cada indivíduo, tendo em vista o enquadramento de suas habilidades na produção.

A categoria *formação econômico-social* é a mais abrangente, por englobar a unidade e a totalidade das esferas econômica, social, política e cultural de uma dada sociedade. Salienta-se, então, seu caráter histórico, posto que a variabilidade dessas esferas, bem como das próprias funções que cada sociedade para si escolhe a cada tempo, caracterizam-na como sistema orgânico, maleável, mutável, a ser dinamicamente considerado. No dizer de Bukharin²:

[...] encontramos à nossa frente tipos históricos definidos de sociedades. Isso significa que não há uma “sociedade geral”, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa de seu tempo (BUKHARIN *apud* SANTOS, 2005, p. 25).

Colocadas essas categorias em movimento é possível bem lhes entender a dinâmica, sob o capitalismo. Nele, as forças produtivas relacionam-se à propriedade dos meios de produção para se poderem materializar, quer como força, quer como produção, sem o que não eclode a pujança. Isto se deve à primazia atribuída ao capital sobre o trabalho, sendo o investimento capitalista considerado como indutor da produção e dos arranjos de produção, pela alocação de recursos nos meios materiais e tecnológicos requeridos para concretizá-los. Posicionam-se, assim, o capital como comprador e a força de trabalho como vendedora a estabelecer a relação de produção, que só se dá a partir da constituição de aparatos produtivos intencionalmente instituídos para execução de funções econômicas específicas, vistas pelo capital como potencialmente geradoras de mais-valia em montante compensador para justificar o risco. A alocação da força de trabalho à produção, então, depende da relação de

reciprocidade entre a complexidade e sofisticação relativa do aparato produtivo e a formação e capacitação relativa da força de trabalho para adequar-se ao modo de produção.

A pujança - entendida como formação econômico-social bem sucedida do ponto de vista da qualidade de vida do corpo social e que se possa almejar auto-sustentada -, porém, não está, por si, assegurada: primeiro, porque todas as forças estão interligadas por relações sistêmicas, o que faz com que alterações em quaisquer delas influenciem ou reflitam-se sobre as demais; segundo, porque os sistemas estão em competição entre si, em busca de maior importância ou poder relativo; terceiro, porque um sistema somente aumenta sua importância ou poder ao obter maior eficiência no atingimento de seus fins, comparativamente àqueles de mesma finalidade, ou pela diferenciação em relação a eles. Pode-se, então, considerar cada sociedade como sistema aberto, a se inter-relacionar com outras sociedades, o que Melucci (2001) caracteriza como interdependência do sistema-mundo e denomina planetarização.

O sistema-sociedade, contudo, é formado de subsistemas especializados, que se articulam de modos e formas convenientes para extrair do ambiente os recursos necessários à sobrevivência exitosa de cada um deles. Então, as inter-relações sistêmicas respeitam, simultaneamente, lógicas tanto hierárquicas, verticais, como de redes, horizontais, tendendo a lógica vertical à normalização configuradora de contextos e a lógica horizontal às transações requeridas à sobrevivência. Instituem-se, assim, dois níveis diferentes de disputas: um pela definição política de marcos regulatórios favoráveis, outro pela alocação eficiente de recursos, ambos visando obter eficácia da ação. Entre as segundas salienta-se a constituição de infraestrutura adequada ao funcionamento do sistema e dos subsistemas, que se calcam em regulamentações e se transformam em “produção” das Condições Gerais de Produção, ou seja, daquilo que é requerido pelo próprio sistema como base para seu funcionamento. Como esclarece Bernardo:

As Condições Gerais de Produção incluem todo o conjunto das infra-estruturas materiais, tecnológicas, sanitárias, sociais, culturais e repressivas indispensáveis à organização geral do capitalismo e ao seu progresso. [...] A concorrência na produção consiste, em última análise, na disputa entre os capitalistas para se ligarem da maneira mais favorável às Condições Gerais de Produção (BERNARDO, 1998, p. 31).

Evidencia-se, então, que o funcionamento do modo de produção capitalista está assentado sobre a busca contínua e permanente de relações de produção que ponham em ação as forças produtivas, dentro de Condições Gerais de Produção especialmente engendradas para proporcionar formação econômico-social favorável, de modo que qualquer sociedade, entendida como sistema, possa posicionar-se vantajosamente frente às demais. Além disso, que a verticalidade da ação do Estado deve, idealmente, confluir para a facilitação do funcionamento dos subsistemas que integram o sistema-sociedade, pois são eles que efetivamente viabilizam as relações em rede e as trocas sistêmicas, possibilitando a importação e a exportação dos recursos que os mantêm. A racionalidade do processo de troca repousa sobre dupla exigência: que o preço seja atrativo ao subsistema comprador/importador, sem o que a transação não se efetivará; que o preço seja remunerador ao subsistema vendedor/exportador, sem o que a produção se tornará desinteressante. Daí a exigência de eficiência produtiva: a lógica da produção eficiente está contida na lógica da eficácia acumuladora de capital, que tem no lucro seu veículo. O lucro provém da apropriação da mais-valia e é a perspectiva favorável dessa apropriação que leva ao investimento, com vistas a instituí-la. Ora, estando todos a agir sob a mesma racionalidade instaura-se a competição, assumindo primazia aquele que estabelecer tal combinação de elementos que possa ensejar maior produtividade, o que leva ao interesse pelo progresso técnico e aos investimentos para lográ-lo.

3. A Noção de Produtividade e o Desenvolvimento Econômico-Social

O conceito de produtividade, como medição do progresso técnico, é claro, abrangente e pertinente, o que permitiu que fosse mantido ao longo do tempo. A noção que subjaz ao conceito, porém, tem variado profundamente, pela progressiva incorporação de conjuntos de atributos cada vez mais importantes na determinação do resultado dessa medição.

Estritamente, como define Fourastié (1990), a produtividade expressa o rendimento do trabalho³. Ao longo dos últimos 150 anos, contudo, nada mudou mais do que as condições sob as quais o trabalho humano, aplicado à produção com valor econômico, é realizado. Ditos do tipo "o rendimento do trabalho tem multiplicado", "os tempos de produção têm sido reduzidos", "a velocidade da produção é crescente" referem-se ao mesmo fenômeno e indicam a mesma coisa: volume de produção em relação ao tempo necessário para obter essa produção. Mas, como afirma Fourastié: "a velocidade de produção depende essencialmente da organização do trabalho, da previsão das tarefas e dos investimentos" (FOURASTIÉ, 1990, p. 17).

Em verdade, tanto o esforço realizado para buscar a organização do trabalho, a previsão das tarefas e a aquisição de bens para a produção - instalações, máquinas, equipamentos, sistemas - podem ser genericamente denominados de investimentos, apesar de na linguagem corrente somente os bens serem assim tratados. Mas é justamente a combinação de todos esses recursos, atuando conjuntamente sobre o aparato produtivo, que tem proporcionado o efetivo aumento da velocidade de produção e o crescimento do rendimento do trabalho, dos quais torna-se difícil dissociá-lo. O aumento da velocidade da produção não decorre primordialmente do aumento da produtividade do trabalho diretamente aplicado à produção, mas sim de toda instrumentação colocada à disposição do trabalho para que extraia do aparato produtivo como um todo, que o inclui, o melhor resultado. Assim, a medida que se vale da produtividade global dos fatores, refletindo uma média aritmética da produtividade de cada fator, talvez possa ser uma melhor medida do progresso técnico.

O trabalho humano é considerado, há muito, como única fonte efetiva de valor⁴. Hoje, porém, mais do que nunca, o que mantém qualquer empreendimento produtivo que vise alcançar sustentabilidade em competição é o volume de capital investido, fixo e de giro, usado para comprar o *trabalho incorporado* nos recursos de produção, para, sobre eles, adicionar o valor da própria produção. Isto é, a aquisição de matérias primas, equipamentos e serviços para dar origem a uma produção qualquer corresponde à compra do trabalho que foi necessário para produzir essas matérias primas, equipamentos e serviços. É sobre essa base que se adiciona o valor da própria produção, da *produção visível*. Então, o rendimento do trabalho somente pode ser considerado como a melhor medida de produtividade se for avaliado o quanto de trabalho integra o aparato de produção em sua totalidade, a envolver o trabalho incorporado mais o trabalho visível, dando origem à noção de produtividade do trabalho total ou *produtividade integral do trabalho*, com o que concorda Fourastié (1990):

De fato, todo dispêndio de matérias-primas, de equipamento ou de serviços de qualquer natureza reduz-se, mais ou menos, a um dispêndio de trabalho humano (o trabalho que foi necessário para produzir essas matérias, equipamentos e serviços). Chega-se assim - adicionando-se o "trabalho visível" e o "trabalho incorporado" nos outros fatores - a obter a noção de produtividade do trabalho total ou "trabalho integrado". Esta noção exprime, pelo inverso, o que custa a unidade do produto em trabalho humano. Dayre [Jean Dayre, *Productivité, mesure du progrès*], retomou essa noção sob o nome de produtividade integral do trabalho, a fim de distingui-la, ao mesmo tempo, da produtividade global dos fatores e das produtividades (bruta e líquida) apenas do trabalho visível (FOURASTIÉ, 1990, p. 52).

Ora, tomado o conceito de produtividade como o de produtividade integral do trabalho, evidencia-se, mais uma vez, que o volume de capital disponível para adquirir trabalho incorporado determina a própria complexidade do aparato produtivo que se pode obter e manter. Além disso, quanto mais complexo o aparato produtivo menos influência tem o trabalho visível na formação do valor, da mesma forma que maior é a importância do trabalho indireto, que, usando a nomenclatura de Reich (1996)⁵, requer analistas simbólicos, em relação ao direto, que se vale de produtores de rotina, quer a produção se refira a bens ou a serviços. Então, a utilização do conceito de produtividade apenas como uma medida do progresso técnico, tende a ocultar toda a sofisticada inter-relação sistêmica que a idéia de produtividade integral do trabalho evidencia, num momento em que os esforços das grandes corporações internacionais, para gerar vantagem competitiva sustentável, estão voltados à busca de "veículos condutores de valor", criados por analistas simbólicos, cujo trabalho condiciona, de fato, toda a estrutura internacional de produção.

Dito de outro modo, subjaz à movimentação sócio-econômico-político-cultural que engendra a formação econômico-social de uma sociedade, deslocamentos de recursos de capital entre as sociedades, em busca dos lugares que possibilitem, pela combinação de atrativos de variada natureza e duração temporal, o maior nível de produtividade comparativa, com o objetivo de aumentar a velocidade e/ou o volume da acumulação de capital. Os lugares são escolhidos para serem receptores de investimento, quer devido à própria formação econômico-social que lhes serve de base, quer devido à condição de acolher arranjos de produção com melhor relação custo-benefício do que as existentes. Isto é, os lugares disponibilizam Condições Gerais de Produção que os demarcam como atraentes para certos conteúdos de produção, caracterizando-se aqueles que atraem pela pujança da formação econômico-social como de maior centralidade em relação aos que proporcionam apenas melhor relação de custo. Esses movimentos do capital, dos quais os próprios capitalistas não se podem furtar, ocasionam importantes impactos dos pontos de vista do *valor* relativo de cada lugar e da possibilidade aberta à formação econômico-social das sociedades doadoras e receptoras. De fato, delimitam as alternativas de geração de riqueza e bem-estar social, condicionando o espaço, a motivação e a articulação temática das ações coletivas, com reflexo sobre a formação da identidade e da auto-estima de nações, comunidades e pessoas: as sociedades periféricas, com predominância de produtores de rotina e prestadores de serviços interpessoais, tendem à baixa auto-estima e a movimentos sociais reivindicadores de melhores condições de vida; as sociedades centrais, com primazia de analistas simbólicos, tendem à elevada auto-estima e a movimentos sociais reivindicadores de valores de mais alta ordem, relacionados ao ambiente, à liberdade individual e aos costumes.

Dupas (1999) mostra as contradições da forma como o capitalismo vem operando, quer levando as empresas à concentração de recursos para que possam obter escala que lhes permitam competir, quer fragmentando a cadeia de produção em perseguição às melhores relações de custo: ambos os movimentos tecnicamente enquadráveis como de busca ao aumento da produtividade, visando à competitividade⁶. Em reação e acomodação ao rearranjo provocado pela alocação do capital, as cadeias de produção se reestruturam - principalmente pela incorporação do "progresso técnico" que elimina postos de trabalho -, provocando exclusão, ao mesmo tempo em que, fragilizando o mercado formal de trabalho, dá ensejo ao aparecimento e ao crescimento de atividades produtivas que funcionam à margem da regulação, o que provoca a inclusão de contingentes de trabalhadores de baixos salários, que rebaixam o nível geral dos salários, comprometendo o nível de vida.

A concentração de capital, assim, é mais do que um mecanismo econômico: corresponde a aumento de poder político. Este tem sido usado em apoio ao processo, robustecendo o sistema de produção capitalista e alçando o raciocínio e a lógica que o rege à Cláudio Antônio Tordino

condição de mentores das escolhas políticas, que patrocinam o aumento da produtividade, sem interferência na distribuição da renda. A consequência é a contínua concentração da riqueza naquelas sociedades de onde ela provém e o aumento da produtividade não beneficia quem a obtém, mas aquele que a promove. Apesar da ilação de Fourastié, de que "o progresso técnico obriga o homem a se especializar no humano" (FOURASTIÉ, 1990, p. 101), a ética do capitalismo reflete a idéia de que o aumento da produtividade é o instrumento a ser usado para remuneração do investimento e acumulação de capital.

Essa visão utilitarista alcança também a Educação, que passa a ser entendida como mercadoria, destinada à mera formação para o trabalho, e os meios de comunicação, vistos como aliciadores à manutenção dessa lógica dominante. Apesar da manifestação contrária de parte da comunidade acadêmica, de entidades sociais e de intelectuais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento pleno do ser humano, é notória a impotência desse contingente frente à aceitação passiva e massiva da transformação da Educação em formação para o trabalho e dos meios de comunicação em meio repercutente da ideologia. Morin (2000) chega mesmo a expressar, referindo-se à sua concepção de ensino educativo, que "a missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar livre e aberto" (MORIN, 2000, p. 11). O perigo que corre a concepção humanista de Morin, contudo, é apontada por Dieterich (1997), ao salientar a submissão de todos os setores relevantes à vida digna aos desígnios do grande capital, inclusive dos meios de comunicação, controlados eles também por empresas, que, como tal, se empenham em alcançar resultados favoráveis à acumulação⁷.

De fato, o deslocamento do esforço da ciência para pô-la prioritariamente a serviço do desenvolvimento tecnológico e da utilização profissional do saber com vistas à produção econômica, colocam as relações econômicas como cerne da vida e a produtividade como cerne das relações econômicas. É o que leva Bernardo (1998) a afirmar:

Na sociedade atual, se a escola é uma empresa capitalista e se o lazer foi inteiramente assimilado pelos processos de valorização do capital, deve então afirmar-se que o capitalismo domina as vinte e quatro horas por dia da vida do trabalhador, durante toda a sua existência. Daqui extraio duas conclusões. Em primeiro lugar, o capitalismo é um sistema totalitário no seu próprio fundamento econômico. [...] Em segundo lugar, produzido na escola como um objeto do capitalismo, laborando na empresa como uma engrenagem do capitalismo e organizado em seus lazes como um elemento de processos capitalistas, o trabalhador assimila a ideologia capitalista pela forma, antes de fazê-lo pelo conteúdo (BERNARDO, 1998, p. 39-40, supressão nossa).

Desse modo, pela essencialidade da atividade econômica nas relações entre sistemas e subsistemas sociais, a noção contemporânea do conceito de produtividade vem se tornando mais compreensiva e abrangente, conforme o modo de produção capitalista extrapola a produção e a economia de mercado para se converter em sistema sócio-político de dominação, em expansão. De indicador auxiliar, voltado à análise e racionalização de situações de produção específicas e à tomada de decisão no âmbito privado, a noção de produtividade vem assumindo relevância como indutora das decisões, ao ampliar sua esfera de influência e abrangência de orientadora de investimentos privados para o estabelecimento de políticas públicas nacionais e de blocos econômicos, visando a manutenção ou aumento da capacidade competitiva. Assim, mais do que um conceito, a produtividade se vem transformando em instrumento de avaliação não só da eficiência produtiva, mas da eficácia competitiva, originando novo paradigma orientador e condicionador do funcionamento das sociedades contemporâneas, pela sua influência na alocação de recursos, nos investimentos e na distribuição da renda.

4. O Território, as Ações Coletivas e a Formação de Identidades na Planetarização

Ao se considerar a noção de território, as condições para ações coletivas e a formação das identidades grupal e pessoal, na busca de uma espécie de reconceptualização do modo de agir no mundo para interferir no modo de ser do mundo, há que levar em consideração o que subjaz ao modelo de desenvolvimento econômico vigente: a busca de aumento da produtividade. Na retrospectiva do último século, é incontestável que essa busca não dependeu do modo de produção vigente ou da propriedade dos meios de produção ser privada ou estatal: o aumento da produtividade passou a ser perseguido de forma contínua e crescente como sinônimo de progresso. Prospectivamente, o aumento permanente e contínuo da produtividade, sob o capitalismo, pode depender de níveis progressivos de concentração do capital: então, tender à formação de monopólios; e, como se sabe, sob monopólio a produtividade não precisa ser máxima ou crescente, apenas dissuasiva. Assim sendo, a ânsia reformuladora que almeje atenuar o impacto de situações de injustiça dolorosamente sentidas, ao tomar como base de referência a noção de território, não pode olvidar, como salienta Santos, que:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, 2000, p. 114).

Articular essas aspirações contraditórias, imaginando-se, ao mesmo tempo, integrar-se competitivamente no modo de produção vigente e dele divergir, retirando-lhe elementos que lhe sejam constitutivos, na busca de um hibridismo cultural, social, político e econômico difícil de ser obtido, quer por demandar alteração de atitude nos âmbitos individual e coletivo, quer por requerer alteração das estruturas de poder estabelecidas, valendo-se, porém, do mesmo ingrediente que as estabeleceram, ou seja, a defesa do interesse individual, que se quer atenuado pela inclusão do coletivo, recende a voluntarismo, como o que expressa Magnaghi:

[...] la reconstrucion des relations co-évolutives rompues entre l'établissement humain et son milieu exige une transformation radicale de notre conception de la production de la richesse. Seule la reterritorialisation permettra l'inversion de la courbe des nouvelles pauvretés. En résumé, l'approche territorialiste est donc, par définition, anti-économiste. Elle peut être définie comme une approche anthropo-biocentrique (MAGNAGHI, 2003, p. 43):

Tomada essa interpretação, o territorialismo radica-se nos âmbitos da política e da moral, com implicações relevantes sobre a formação dos sujeitos, exigindo deles, à partida, auto-formação e construção de solidariedades grupais, nessa busca de ultrapassagem do determinismo econômico e engendramento da novel sociedade.

Apesar de, na concepção de Galvani (2000), a autoformação iniciar-se quando o sujeito, ao se defrontar com as determinações do meio, passa a questionar a validade de condições, situações, valores e saberes que o tolhem, afligem ou constroem, argumenta Bruno (1989) que, na perspectiva marxiana, sobressai a importância da prática socializada em práxis no processo de determinação social do indivíduo, o que torna difícil instaurar o questionamento: há defasagem entre teoria e prática e pensamento e ação, com autonomia da ação frente aos processos de pensamento, visto a teoria só teorizar a prática, que é o que demarca a forma de pensar. Assim, as antinomias podem gerar perplexidade no sujeito, posto que sente em si o desconforto que as contradições da cultura encerram, a impeli-lo à ação transformadora de si e do meio, ao mesmo tempo em que, prisioneiro de sua prática e da teoria dela advinda, não encontra modos de ultrapassá-las, compelindo-o à acomodação de si pela adaptação ao meio.

Nietzsche (2004) também evidencia a dificuldade de contraposição do ser singular ao todo social ao enraizar as vivências no âmbito da moral - “mesmo no domínio da percepção dos sentidos” -, pois, sendo as imagens e representações construídas com a ajuda das antigas experiências as enredam à moral prevalecente (#114). Aponta, ainda, a utilização da Educação como instrumento da sociedade para articular em proveito dela as virtudes que inculca nos educandos, já que “procura determinar no indivíduo, com uma série de estímulos e vantagens, uma maneira de pensar e de agir que, tornada por fim hábito⁸, instinto e paixão, dominará nele e sobre ele, contra os seus interesses supremos, mas ‘em benefício de todos’” (NIETZSCHE, 2004).

Bourdieu (2002) lança compreensão sobre esse aspecto-chave - aquilo que pode ser visto como a base do processo de determinação do ser singular, no sentido da apropriação de práticas sociais que visam inculcar o modo de ser, quer por prescrição de preceitos, quer por imitação das ações dos outros - ao salientar como, por intermédio de pedagogia difusa e anônima, derivada do modo de vida do grupo social de pertença, é induzida a incorporação das estruturas prático-simbólicas do grupo. Assim, boa parte da aprendizagem social dá-se sem que haja apreensão consciente, tanto porque na primeira educação as crianças buscam avidamente incorporar formas de ser dos adultos, absorvendo os atributos cuja apreensão e prática se revelem possíveis e sejam sancionados pelo grupo, como porque indo a aprendizagem da prática à prática e valendo-se da redundância faz com que a aprendizagem como que se automatize, in-dependendo da intenção do aprendiz. Ou seja, “os produtos sistemáticos de disposições sis-temáticas, a saber, as práticas e as obras, tendem a engendrar por sua vez disposições sistema-ticas” (BOURDIEU, 2002, p. 186). De fato, o veículo de que se vale a cultura em sua pedagogia é o corpo do aprendiz, tomado como referência para distinções espaciais objetivas e como analogia à expressão das emoções e do simbólico, transmutando a fisiologia e a experiência corporal em metáforas elucidativas de sensações, desejos e sentimentos. Nos termos do Autor:

A primeira educação trata o corpo como uma agenda, “entorpece”, no sentido de Pascal, os valores, as representações, os símbolos, para os fazer aceder à ordem da “arte”, pura prática que dispensa a reflexão e a teoria, tirando todo o partido possível da “condicionalidade”, essa propriedade da natureza humana que é a condição da cultura no sentido inglês de *cultivo*, quer dizer, de incorporação da cultura (BOURDIEU, 2002, p. 193).

Ora, esses modos de inculcar as estruturas do arbitrário cultural buscam, afinal, instruir uma pedagogia de conformação, em que aquilo que é incorporado inconscientemente fica protegido da interferência intencional do próprio agente, que, acatando o aprendido como modo natural de ser, não incorre em questionamentos nem em “loucuras”, no sentido da transgressão ao socialmente estabelecido, incluindo, aí, as formas e estruturas de dominação.

Assim, cada classe ou fração de classe que compõe a estrutura de dominação, dado o conjunto de condições de sua existência, estabelece rico conjunto de disposições que se instituem como forma usual e socialmente aceita de entendimento das condições e das práticas que lhe são próprias, bem como, por contraposição às demais, da posição que ocupa no concerto social, e, pelos mecanismos pedagógicos descritos, instruem os agentes singulares que a elas pertencem nessas disposições, reproduzindo-as, malgrado objetivamente não haver compreensão de que o modo como se institui e compõe a prática possa ser dela condicionante. Isto é possível porque cada ser singular, para manter-se em relação estável nos grupos em que participa, busca comportar-se, *motu proprio*, de forma considerada adequada, isto é, de acordo com a estrutura internalizada, agindo com razoabilidade em cada situação ou contexto, num processo que é, ao mesmo tempo, antecipatório de que o comportamento a ser adotado será aceito e produto da aprendizagem sutil do que deva ser feito, numa espécie de auto-regulação

exercitada a cada situação concreta, reforçadora das estruturas incorporadas. Esse “operador”, que intermedeia as relações em seu complexo aparato prático-simbólico, funciona como tal porque decorre da naturalização da história social, que, incorporada à história dos agentes, se torna “história feita natureza”, na expressão de Bourdieu, que apropriadamente o denomina de *habitus*⁹.

[...] as estruturas que são constitutivas de um tipo particular de meio ambiente (e.g. as condições materiais de existência características de uma condição de classe) e que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma das regularidades associadas a um meio ambiente socialmente estruturado produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada serem o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim, sem suporem a mira consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir, e sendo tudo isto, coletivamente orquestrados sem serem o produto da ação organizadora de um maestro de orquestra (BOURDIEU, 2000, p. 163).

Parece, então, que os processos de incorporação de estruturas e de formação do *habitus*, no modo como os apresenta Bourdieu, reforçam a argumentação de Bruno e de sua perspectiva marxiana. Mas, assim é apenas se essas noções forem tomadas e generalizadas para toda sociedade, sem atentar às múltiplas variações decorrentes da pertença a classes ou frações de classe e se os agentes singulares, em decorrência dessa pertença, não forem entendidos em suas múltiplas possibilidades de entrelaçamento e diferenciação social.

Em verdade, apesar de inserido na sociedade mais ampla, o ser singular é menos por ela determinado do que pela classe ou fração de classe a que pertence ou das quais participe, por disporem cada uma delas *habitus* que lhes são próprios. O *habitus* é disseminado quer pelo processo de socialização primária - efetuado no âmbito da família e em ambientes específicos e selecionados: na escola, na igreja e nos grupos de referência, que operam em mútuo reforço no entendimento e na prática, consciente e inconsciente, de quais sejam as disposições adequadas à pedagogia da criança -, a inculcar estruturas consentâneas com as condições e posições sociais típicas do grupo social de pertença, quer pela estruturação dessas estruturas, que se pode dar em diferentes combinações, conformando estruturas estruturadas estruturantes de acordo com as perspectivas abertas à participação do aprendiz na sociedade mais ampla quando adulto, tomando em consideração sua classe ou fração de classe de origem.

Ou seja, cada ser singular porta consigo, à partida, uma herança, uma espécie de capital, que lhe serve de dote ao seu desenvolvimento pessoal e ao desenvolvimento de suas relações sociais, provenientes dos cabedais familiares, tanto no que respeita à formação cultural, como às posses materiais, que passam a instruir ou a delimitar o espaço social em que pode almejar ou ocupar posições de distinção. Caracteriza-se, assim, o duplo aporte de investimentos, da família e do agente singular, em que recursos econômicos, culturais, educativos e escolares, aliados ao tempo requerido à incorporação do aparato colocado à disposição, vão, aos poucos, instituindo tanto o espaço social próprio do agente no campo social¹⁰, como permitindo consolidar um capital social¹¹, de modo que, pela prática de uma solidariedade material e simbólica com os grupos de pertença ou participação, reforce-os e seja por eles reforçado em suas buscas pela satisfação de interesses paroquiais, o que reforça o espaço social e o capital próprios.

Assim, o capital social requerido para participar frutuosamente no campo social, pela ocupação de espaço social significativo ou significativo, requer o concurso de capital econômico, de capital cultural, ou de ambos, para que possam gerar capital simbólico,

representado, principalmente, por prestígio e influência, que, uma vez obtidos, podem vir a robustecer os capitais que lhe estão na base, tanto sustentando processos de distinção, como instrumentalizando lutas no campo social. Em verdade, o campo social abriga variedade de campos, isto é, de espaços estruturados de interesses específicos, dotados de propriedades que lhes são próprios, tanto para caracterizá-los uns em relação aos outros, visando à delimitação de fronteiras entre eles, como para propiciar a distinção entre os objetos de disputa, que operam como catalisadores das forças em embate no interior de cada campo. No entanto, apesar de parecer que o fito único das disputas seja o de fazer prevalecer ideário específico, o mais das vezes as disputas servem, primeiro, para afirmar a existência do campo e, depois, para reafirmar sua pujança - por um lado, diante de outros campos, por outro lado, diante das pessoas do próprio campo -, gerando a tensão necessária à emulação à disputa e ao jogo, que, mantendo a liça, sustentam o dinamismo do campo. Desse modo, em cada campo, sua estrutura abre espaço aos agentes para que mobilizem seus capitais, visando ocupação de posição social no campo, num infundável processo de absorção, conversão, reconversão e rejeição de agentes, que dão de si para buscar para si a moeda de prestígio, ao valor de câmbio da moeda do campo.

Contrapondo-se, então, a perspectiva marxiana, defendida por Bruno, à perspectiva de Bourdieu, é possível matizar o processo de determinação e encontrar espaço à singularidade, uma vez que, em primeiro lugar, se há *impossibilidade de cada homem prever seu percurso*, ao se tomar o vulgo ou a massa como referência, não é tão impossível assim, quando a atenção se volta às classes ou frações de classe com posições mais salientes no campo social, pois dadas suas origens e o capital social que as famílias arregimentam é possível indicar o percurso mais provável àqueles dessas origens. Em segundo lugar, se é verdade que a *ação humana é sempre social, nunca individual*, o social não deve ser visto como uno, a impor constrangimentos, pois não é a sociedade, mas os grupos que se formam em seu interior que, em permanente processo de hierarquização entre si e dentro de si, geram estruturas que instituem *habitus*, mas também criam regras e normas de convívio, o que permite ao ser singular participar de diferentes grupos, buscando alinhamentos que possam preservar graus de liberdade. Em terceiro lugar, compreender a *ação humana, como atividade prática, material*, omite que a ação humana é simbólica e o simbolismo liga-se não só às atividades práticas e materiais, mas principalmente àquelas expressivas em que a singularidade encontra espaço por variados meios, dos artísticos aos lúdicos.

5. Economia Global, Território e Gestão do Desenvolvimento Local

Como salienta Fischer (2002), há dois sentidos e significados de desenvolvimento aplicáveis ao território: um orientado à competição, outro à cooperação, demandantes de estratégias diferentes. No primeiro, prevalece a lógica econômica globalizante, em que o local está conectado e integrado à trama produtiva total, derivando daí sua sustentabilidade; no segundo, são priorizadas a inclusão social e a melhoria das condições de vida, que não rejeitam a idéia de desenvolvimento econômico, mas impõem-lhe limites ao privilegiar a escala local, a ação social, o aproveitamento de técnicas e recursos disponíveis no entorno, o incentivo a formas de produção não capitalistas.

Há que ressaltar, contudo, que, a menos que seja obtida permanente injeção de recursos a fundo perdido, difícil de imaginar, mesmo se for privilegiada a escala local no “setor” orientado à cooperação, ela estará sujeita, a partir de certo ponto ou de certo tempo, ao ditame da produtividade, quer pela definição de *quantum* que a balize, como pela instituição de fluxo de entradas e saídas de recursos que a sustente.

Afigura-se, assim, que a noção de território envolve um campo de conhecimento e um espaço de práticas cujos resultados, a cada caso, são incertos, por estarem inseridas em O Poder Local no Ambiente Global: Competição e Competitividade

contextos sócio-culturais eivados de símbolos e valores, em que se estabelecem relações sociais complexas, permeadas pela subjetividade, onde se instauram processos de mediação que envolvem aliciamentos e disputas de poder e de posição, estribados em discursos políticos racionalizadores, que se podem valer de variadas formas e conteúdos conforme os interesses em jogo.

É possível, então, com Santos (2000), entender o território como o espaço de estabelecimento de relações profundas entre a sociedade humana e seu entorno, formado por “conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade”, ultrapassando o resultado da ocupação e da interposição das construções humanas sobre, sob ou com os sistemas naturais. Ou seja, “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p. 96).

É possível, então, com MELUCCI (2001), entender que em “sociedades altamente diferenciadas os processos sociais tendem a fazer dos indivíduos atores em sentido estrito”, tanto porque o controle social tende a ser frouxo a ponto de permitir-lhes dar vazão a suas motivações e avaliar o sentido de suas ações, como lhes permite pensar-se a si mesmos e agir como indivíduos. Como expressa o autor: “[...] *el hecho de que la experiencia individual se convierte en el lugar de la acción social, bien como espacio del control y de la manipulación, bien como potencial de autonomía y de autorrealización*” (MELUCCI, 2001, p. 33).

O que não é possível descurar, contudo, é que o território há que sustentar e sustentarse economicamente: necessita, além dos recursos que lhe são inerentes outros obteníveis com dinheiro. Conforme comenta Santos, “o dinheiro é uma invenção da vida de relações e aparece como decorrência de uma atividade econômica para cujo intercâmbio o simples escambo já não basta” (SANTOS, 2000, p. 96). Isto quer dizer que, na atividade econômica complexa, o dinheiro se impõe como denominador geral de valor e de troca de todas as coisas, o que abre o território ao mundo e às regras nele prevaletentes, mesmo que se queira modificá-las.

O que não é possível descurar, também, é que estando “ambas as economias” inseridas e a conviver no modo de vida construído, balizado e sustentado pelo ideário do capitalismo, sua lógica e valores tendem a ser prevaletentes, a servir de pano de fundo à tomada de decisão dos gestores locais.

NOTAS

¹ Usualmente, ao longo da história, distinguem-se os seguintes modos de produção: comunista primitivo, escravista, feudal, capitalista e socialista, que não guardam entre si, necessariamente, qualquer seqüência.

² BUKHARIN, N. (1972). *Teoria del Materialismo Histórico: Ensayo Popular de Sociologia Marxista*. Cuadernos de Pasado y Presente, 31. Córdoba: Siglo XXI, p. 235.

³ “Mediremos a longo prazo o progresso técnico nos fenômenos de produção pela relação do volume de determinada produção com o tempo necessário para obter essa produção. Essa medição do progresso técnico tem mais precisamente o nome de rendimento do trabalho ou produtividade” (FOURASTIÉ, 1990, p. 10).

⁴ Economicamente é aceito, desde 1662, com William Petty (1983a), que o trabalho em conjugação com a terra é a origem da riqueza, entendida esta como os bens resultantes da produção. Nessa ótica, o capital se junta aos dois fatores de produção, como sendo nada mais do que trabalho acumulado, a constituir, no contexto produtivo, fator de igual importância (Petty, 1983b, p. 86). Em 1776, Adam Smith recupera essa interpretação e a funde com o conceito de valor de uso e valor de troca apresentado por Aristóteles (s.d., L.I, cap.3, §12), propondo que o valor de troca corresponde ao tempo de trabalho requerido para a produção do bem, ou seja, a medida de valor de um bem, “real e definitiva”, é o valor do trabalho que esse bem incorpora, o que independe do valor nominal em

moeda em que possa ser convertido no momento da transação econômica, seu preço. Em 1817, David Ricardo (Princípios de Economia Política e Tributação) demonstrou a variabilidade do valor-trabalho transformado em salário e expresso monetariamente, quando convertido em bens necessários à subsistência do trabalhador, isto é, do salário real ou do poder de compra do salário. Em 1864, na I Internacional, Karl Marx (Salário, Preço e Lucro; obra póstuma) considera que o valor de um bem corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e que o valor de troca é determinado pela quantidade de trabalho contido na força de trabalho. Esse valor equivale ao trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência, em determinado momento histórico, para repor a força de trabalho.

⁵ Reich (1996) afirma que “no futuro próximo as ocupações estarão orientadas por três categorias: os produtores de rotina, os serviços interpessoais e os analistas simbólicos. Os serviços que envolvem a produção de rotina, serão realizados por trabalhadores com pouca formação escolar, que desempenham atividades estandardizadas, se orientam por procedimentos normatizados e regras codificadas e serão facilmente substituídos por instrumentações tecnológicas. Dependem de habilidades básicas e de atitudes tais como: lealdade, confiabilidade e submissão à ordem estabelecida, suficientemente desenvolvidas na Escola. Porém, representam ocupações mal remuneradas e em franco declínio. Já a procura por serviços interpessoais, tende a crescer, mas estes representam ocupações precariamente remuneradas, requerem pouca formação e estão mais orientados por boa aparência e por atitudes tais como pontualidade e amabilidade. Contrariamente, os serviços que envolvem os analistas simbólicos requerem uma formação sofisticada, uma vez que tais ocupações pressupõem uma atitude de aprendiz diante da vida; elevada capacidade de abstração; domínio de um pensamento sistêmico complexo e articulado; capacidade de experimentação, análise e reflexão; capacidade de formulação e aplicação crítica do conhecimento. Além disto, são ocupações que competem internacionalmente já que podem ser oferecidas e adquiridas em escala mundial” (REICH, 1996, p. 320 *apud* LIMA, 1999).

⁶ “O capitalismo atual é alimentado pela força de suas contradições. A primeira é a que chamei de dialética da concentração *versus* fragmentação. De um lado, a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos continuará forçando uma concentração que habilitará como líderes das principais cadeias de produção apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais. Simultaneamente, esse processo radical em busca de eficiência e conquista de mercados força a criação de uma onda de fragmentação - terceirizações, franquias e informalização - que abre espaço para uma grande quantidade de empresas menores que alimentam a cadeia produtiva com custos mais baixos. A outra contradição é a dialética de exclusão *versus* inclusão. À medida que exclui progressivamente postos formais do mercado de trabalho, o processo de globalização estimula a flexibilização e incorpora a precarização como parte de sua lógica. Enquanto seleciona, reduz, qualifica - e, portanto, *exclui* - no topo, a nova lógica das cadeias *inclui* na base trabalhadores com salários baixos e contratos flexíveis, quando não informais. Por outro lado, na medida em que o processo da produção global opera ganhos contínuos nos produtos mundiais, reduzindo seu preço e melhorando a qualidade, acaba *incluindo* novos segmentos de mercado à sua cadeia” (DUPAS, 1999, p. 209).

⁷ “*Las reformas educativas mundiales, cuyo centro es la privatización, elitización y mercantilización de la educación superior, tienen por objetivo convertir el modelo estado-unidense de la producción de conocimiento universitario al servicio del gran capital en el unico modelo posible, con una pretensión totalitaria aún mayor de la que Max Weber tenía en mente, cuando en 1917 advertía ante el peligro de que la universidad alemana asimilara el paradigma estadounidense (Wissenschaft als Beruf). La subordinación de todos los sectores de la vida bajo el dictado del gran capital y la medición mercantil-positivista de todas las relaciones sociales con el cálculo empresarial de costo-beneficio, expone el legado de la formación humanística tradicional a su peor amenaza absolutista*” (DIETERICH, 1997, p. 116).

⁸ Hume, antes de Nietzsche, e Peirce, depois dele, entendem o hábito como uma espécie de disposição à reação a um estímulo de certa forma previsível, decorrente das experiências registradas na memória. Hume diz que “sempre que a repetição de algum ato ou operação particular produz uma propensão de renovar o mesmo ato ou operação sem que sejamos impelidos por qualquer raciocínio ou processo de entendimento, dizemos que essa propensão é um efeito do *hábito*” (HUME, IEH V, I, 36). PEIRCE utiliza a palavra hábito “no sentido amplo e talvez mais usual, denotando uma especialização original, ou adquirida, da natureza de um homem, animal, uma parreira ou substância química cristalizável, ou qualquer coisa que se comportará, ou tenderá a se comportar, de uma forma descritível em termos gerais, em qualquer ocasião (ou em uma porção considerável de ocasiões) que se apresente com caráter descritível em geral” (PEIRCE, CP 5.538).

⁹ É necessário distinguir *habitus*, na conotação que lhe atribui Bourdieu, da noção de *hábito*, apesar de o autor valer-se de analogia. Pierce e Hume entendem o hábito como uma espécie de disposição à reação a um estímulo de certa forma previsível, decorrente das experiências registradas na memória. Bourdieu difere de Hume em pelo menos dois aspectos: não considera o *habitus* disposição apenas à reação, mas à ação, mesmo em situações inusitadas, bem como não o vincula a experiências registradas na memória, mas a estruturas incorporadas que formam estruturas estruturadas que levam à compreensão complexa de situações, permitindo ao agente a elas

ajustar-se. Bourdieu difere de Pierce por considerar o *habitus* eminentemente humano, calcado nas características próprias de cada sociedade - e dentro dela das especificidades de cada classe ou fração de classe, pois admite o *habitus* de classe -, além de, como operador social, ser mutável no tempo.

¹⁰ “Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses” (BOURDIEU, 1989, p. 135).

¹¹ “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d..
- BERNARDO, João. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Editora Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias. In, NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BRUNO, Lúcia. Acerca do indivíduo, da prática e da consciência da prática. **Educação e Sociedade**, nº 33, ago. 1989, pp. 7-26.
- DIETERICH, Heinz; CHOMSKY, Noan. **La Aldea Global**. Tafalla: Txalaparta, 1997.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão - Introdução a uma agenda. In, FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FOURASTIÉ, Jean. **A Produtividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GALVANI, Pascal. A Autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural. In, **Educação e transdisciplinaridade II** (coordenação executiva do CETRANS). São Paulo: TRIOM, 2000.
- LIMA, Manolita Correia. **Aprendizagem como resultado da prática do ensino com pesquisa**. Mimeo, 1999.
- MAGNAGHI, Alberto. **Le projet local**. Sprimont (Bélgica): Pierre Mardaga, 2003.
- MELUCCI, Alberto. **Vivencia y convivencia. Teoria social para una era de la información**. Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

PETTY, William. Tratado dos Impostos e Contribuições. *In*, **Obras Econômicas William Petty**. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

PETTY, William. *Verbum Sapienti*. *In*, **Obras Econômicas William Petty**. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre suas naturezas e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.